

# Sarney avisa que não se intimida

Presidente acusa Constituinte de criar o império da impunidade

O presidente José Sarney mudou seu comportamento e abriu suas baterias para criticar duramente os trabalhos da Constituinte, os políticos, órgãos de imprensa e a Justiça. "Os que estão tentando tumular o País são os que mais se locupletaram, os que mais enriqueceram à custa de uma situação de benefícios e privilégios", acusou. Prometeu cumprir o seu dever e advertiu: "Não quero ser responsável pelo que possa resultar de conduta tão irresponsável. Ninguém me intimidará. Nem eu tenho o direito de ter medo".

Toda a sua mágoa, o Presidente desabafou ontem pelo programa radiofônico semanal *Conversa ao pé do Rádio*, ao afirmar que "em meio a tantos problemas e tantos sofrimentos do nosso povo, maus brasileiros, por motivação política, desejam aumentar ainda mais nossas desgraças". O Presidente declarou que há um grupo determinado que, a título de combater os políticos, o Governo e a corrupção, "se joga a tocar fogo no País, desmoralizando homens públicos, não respeitando as pessoas mais dignas, numa tentativa que é bem conhecida de disseminar a descrença nas instituições, nos políticos, no sistema de vida".

O Presidente observou que a levandade tem ganhado em alguns órgãos de comunicação e "em pequenos e ambiciosos grupos políticos, cuja falta de espírito público chega às raízes da irresponsabilidade." Após ressaltar que cumprirá o seu dever — pois "ninguém me intimidará, nem eu tenho o direito de ter medo" —, o presidente da República informou que o Governo tem combatido o subdesenvolvimento político manifestado em práticas conde. Foi nessa parte do programa que José Sarney investiu contra o sistema jurídico do País, ao observar: "O que não se pode é tomar providências mais energéticas de prisões como todos pedem, porque a lei brasileira é uma lei extremamente permissiva. "Aqui, disse o Presidente, não se prende nem aqueles que matam: "A lei Fleury, que tantas vezes pedi ao Congresso para revogar, evita prender. Solta".

Em outra afirmada nas leis brasileiras, ele disse que "só é preso neste País o miserável que não pode pagar defensor". E previu que a situação vai piorar. "Agora — afirmou na parte dedicada à Constituinte — o texto aprovado pela nova Constituição diz o seguinte: Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente. O preso, acrescentou, será informado dos seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, assegurada assistência à família e de advogado".

O Presidente lembrou que, se a coisa já era difícil, com esse texto, nem delegado, nem policial, nem soldado, nem ninguém, poderá prender qualquer criminoso. "Até mesmo as punições disciplinares ficam prejudicadas. Os direitos são do preso e não da sociedade, da vítima. Será o caos, o império do crime e da impunidade".

O Presidente referiu-se ao problema fundiário, para afirmar que o Governo tem instaurado processo, prendido, "mas em seguida, a lei manda soltar. Basta ver os sicários que por nós foram presos porque mataram a mando nas questões de terra. Foram soltos. Muitos foram soltos".

Numa resposta direta às especulações de que iria renunciar em decorrência das denúncias de corrupção, o Presidente avisou que vai "continuar a lutar pelo País, superar dificuldades, sabendo que o Brasil vencerá". Denunciou que os que estão tentando tumular o País são os que mais se locupletaram, os que enriqueceram à custa de uma situação de benefícios e privilégios. "Os que mais sofrem, os desafortunados, estes são mais pacientes, mais patriotas, têm mais amor ao Brasil, enquanto aqueles somente pensam nos seus interesses e querem criar uma situação difícil, que ameaça a nossa estabilidade e as próprias instituições".

## AMENIDADE

O presidente José Sarney começou seu programa em tom ameno e relatando suas viagens ao Uruguai e Colômbia, as quais segundo disse, contribuem para romper as amarras do isolacionismo entre os países latino-americanos. Ele lembrou que em Montevideu e Bogotá foi recebido pelo povo e pelo Governo com carinho. "Carinhos e aplausos que eram sobretudo dirigidos para o Brasil". Em seguida, o Presidente citou os problemas causados em Petrópolis pelas enchentes.



Sarney acusa opositores de terem se enriquecido às custas de privilégios

## "Lei brasileira é permissiva"

"Brasileiras e brasileiros, bom-dia. Aqui vos fala, mais uma vez, o presidente José Sarney, nesta nossa conversa ao pé do rádio, sexta-feira, dia 12 de fevereiro de 1988.

Acabei de chegar da Colômbia, onde fui no desdobramento da política brasileira de integração da América Latina, a cuja tarefa tenho me dedicado de corpo e alma. O Brasil, hoje, quebrou as barreiras que o faziam distante do nosso continente. Ele está na linha de frente da política que visa manter a América Latina fora da corrida nuclear, criar o mercado comum, estabelecer relações de colaboração e amizade que assegurem uma ajuda mútua entre nossos países, para resolver problemas num mundo extremamente competitivo.

Antes de ir à Colômbia eu tinha estado no Uruguai, em Anchoyena, e depois em Montevideu, onde durante dois dias, em companhia dos presidentes Sanguinetti e Alfonsín, passei em revista nossos acordos, que vão bem e cada vez mais consolidam este processo de integração que desperta atenção do mundo inteiro.

Em Bogotá e Montevideu eu fui recebido pelo povo e pelo governo com carinho e aplausos. Carinhos e aplausos que eram sobretudo dirigidos para o Brasil. Mas eu devo dizer que nesta viagem tive a alma dividida entre a necessidade de bem representar o nosso País, discutir problemas com os presidentes, mas o meu coração estava aqui no Brasil, no acompanhamento da tragédia de Petrópolis, que me chocou profundamente como a todos os brasileiros. Determinei de lá mesmo, à LBA, que desse toda assistência, e falei várias vezes com o presidente Ulysses Guimarães para colocarmos toda

ajuda e instrumental do Governo Federal no socorro ao Estado do Rio de Janeiro e ao Município de Petrópolis nesta emergência. A todas as famílias atingidas que perderam seus entes queridos, em meu nome e de minha família, a minha solidariedade na dor e no sofrimento por que passam.

Agora eu quero dizer que o terrível, também, é que em meio a tantos problemas e tantos sofrimentos do nosso povo maus brasileiros, por motivação exclusivamente política, desejam aumentar ainda mais nossas desgraças.

Há um grupo determinado que, a título de combater os políticos, o Governo e a corrupção, se joga a tocar fogo no País, desmoralizando homens públicos, não respeitando as pessoas mais dignas, numa tentativa que é bem conhecida de disseminar a descrença nas instituições, nos políticos, no nosso sistema de vida. A levandade tem ganhado em alguns setores de órgãos de comunicação, em pequenos e ambiciosos grupos políticos, cuja falta de espírito público chega às raízes da irresponsabilidade.

Quero dizer que cumprirei o meu dever, e não quero ser responsável pelo que possa resultar de conduta tão irresponsável. Ninguém me intimidará! Nem eu tenho o direito de ter medo.

O Governo tem combatido o subdesenvolvimento político manifestado em práticas condenáveis e combatido a corrupção, agindo severamente em todos os fatos. O que não se pode é tomar providências mais energéticas de prisão como todos pedem, porque a lei brasileira é uma lei extremamente permissiva. Aqui não se prende nem aqueles que matam. A lei Fleury, que tantas vezes pedi ao Congresso para revogar, evita

prender. Solta.

Só é preso neste País o miserável que não pode pagar defensor.

E a situação vai piorar. Agora, o texto aprovado pela nova Constituição diz o seguinte: "Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente. O preso será informado dos seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, assegurada assistência à família e de advogado".

Agora quero dizer às brasileiras e brasileiros que, se a coisa já era difícil com esse texto nem delegado, nem policial, nem soldado, nem ninguém poderá prender qualquer criminoso. Até mesmo as punições disciplinares ficam prejudicadas. Os direitos são do preso e não da sociedade, da vítima. Será o caos, o império do crime e da impunidade.

O meu Governo tem instaurado processo, prendido, mas em seguida a lei manda soltar. Basta ver os sicários que por nós foram presos porque mataram a mando nas questões de terra. Foram soltos. Muitos foram soltos.

Finalmente, quero dizer a todos que vamos continuar a lutar pelo País, superar dificuldades, sabendo que o Brasil vencerá.

Os que estão tentando tumular o País são os que mais se locupletaram, os que enriqueceram à custa de uma situação de benefícios e privilégios, os desafortunados, estes são mais pacientes, mais patriotas, têm mais amor ao Brasil, enquanto aqueles somente pensam nos seus interesses e querem criar uma situação difícil que ameaça a nossa estabilidade e as próprias instituições.

Muito bom-dia e até a próxima sexta-feira".

## Centrão quer mudar o artigo polêmico

No segundo turno de votação, o Centrão propôs a alteração do parágrafo 24 do artigo 6º, criticado ontem pelo presidente José Sarney por determinar que as prisões por ordem escrita sejam feitas apenas pela autoridade judiciária. A informação foi dada pelo deputado José Lins (PFL-CE), um dos líderes do Centrão.

Esta posição coincide com a do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que, no segundo turno, vai propor às lideranças partidárias a substituição da expressão "autoridade judiciária competente" por "autoridade competente", segundo informou seu assessor Miguel Reale Júnior.

Este parágrafo foi aprovado por acordo entre o Centrão e as lideranças partidárias, na sessão do último dia 4, quando aconteceram as mais rápidas votações no plenário. Havia sido negociados vários dispositivos e ninguém contestou os acordos. O pa-

rágrafo 24 foi aprovado por 424 votos, contra apenas quatro e três abstenções.

O senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), relator da Comissão dos Direitos Individuais e autor do parágrafo criticado pelo presidente explicou que é uma norma do direito clássico a prisão apenas em flagrante ou por ordem expressa do Judiciário.

— Que garantia pode ter um cidadão comum se ele a qualquer momento pode ser preso por uma mera suspeita de um mela? Quanto à ordem de prisão ser expedida apenas pela autoridade judiciária, é um princípio básico de Montesquieu. Não pode haver várias autoridades responsáveis, mas apenas uma, o Judiciário, como garantia dos direitos do cidadão. Caso contrário, qualquer feito do interior ou guarda da esquina pode prender qualquer um, baseado apenas em uma suspeita ou em uma rivalidade política, subjetivamente, ou, por exemplo, uma acusação falsa.

## Ministros endossam as críticas

Depois de uma reunião com o presidente Sarney, no Palácio da Alvorada, pela manhã, os ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, e Prisco Viana, da Habitação e Urbanismo, reforçaram as críticas contidas no programa *Conversa ao pé do Rádio* — contra a decisão da Constituinte, no capítulo das garantias e direitos individuais.

A idéia central é de que a função maior do aparelho policial seja de proteger a sociedade. Mas para isso, é preciso regras que permitam operar com eficácia. O ministro Prisco Viana revelou que o presidente Sarney está bastante preocupado com a omissão do Congresso, ao evitar o exame de uma mensagem presidencial enviada um ano atrás alterando a Lei Fleury.

A preocupação do Presidente é válida, porque a Constituinte caminha no sentido de adotar uma legislação que vai proteger mais os criminosos do que a sociedade — disse o ministro.

## Luta agora é contra a desestabilização

TARCISIO HOLANDA  
Repórter Especial

O presidente José Sarney vai aproveitar a sua temporada de descanso no sítio São José de Pericumã, de sua propriedade, nas cercanias de Brasília, para analisar mais cuidadosamente o quadro político e preparar uma nova ofensiva política que devolva ao Governo o poder de iniciativa, segundo revelou, ontem, o senador Edison Lobão.

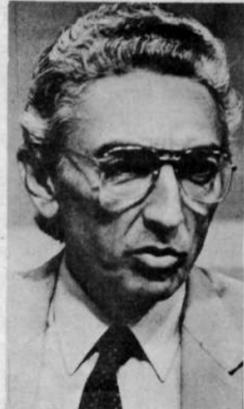
Sarney está convencido de que encontra-se em marcha um plano de desestabilização de seu Governo, a partir de uma campanha sistemática que se alimenta de vagas denúncias sobre atos de corrupção. O Presidente, segundo Lobão, não está disposto a ficar na defensiva, encurralado, "como parecem desejar os seus adversários."

## INICIATIVA

Lobão desenvolve um raciocínio para mostrar que o Governo já não pode confiar no apoio do PMDB. Não ao apoio apenas do Grupo na Câmara que pede o rompimento do partido com o Governo. Agora, nasceu no Senado, a casa mais tranquila, uma oposição de senadores ainda mais agressiva do que a da Câmara, disposta a atacar o Governo em todas as frentes.

O senador maranhense considera particularmente grave declaração recentemente formulada pelo líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), dizendo que ele e outros dos seus companheiros teriam que "por Sarney para fora do Governo", se ficasse provado algum ato ilícito. Ora, argumenta o senador, um político da responsabilidade do senador Fernando Henrique Cardoso não pode fazer um pré-julgamento a respeito do presidente da República em apressadas declarações aos jornais, ao comentar a investigação a ser procedida pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre corrupção.

O presidente Sarney, segundo Lobão e outros dos seus amigos, está disposto a enfrentar esse plano de desestabilização, que utiliza vagas denúncias não comprovadas de corrup-



Edison Lobão

ção. "O Presidente não vai aceitar passivamente a execução desse plano, que tenta repetir o mar de lama que envolveu Getúlio Vargas, em circunstâncias históricas bastante diferentes de hoje em dia", afirmam seus amigos.

— Ele vai aproveitar o descanso do carnaval, em seu sítio — afirma Lobão —, para analisar mais detalhadamente a situação e traçar uma nova estratégia. Creio que, depois do carnaval, teremos novidades políticas na área do Governo.

Outros políticos ligados a Sarney lembram que ele não poderá fazer grandes mudanças no Governo pensando em trocar de amigos. Seria uma imprudência que ele não cometeria. Um desses amigos lembra, por exemplo, que o deputado Ulysses Guimarães não pode ser encarado por Sarney como um amigo, nem como um inimigo.

— Ele ajuda o Sarney, mas, às vezes, dá uma bofetada — dizia um dos amigos do Presidente.

De acordo com esse raciocínio, é mais conveniente para Sarney manter as atribuídas relações que já tem com o PMDB do que provocar um rompimento formal com esse partido. "A quem ele iria confiar a nova base de sustentação? Ao Centrão, o grupo que está em processo de esvaziamento? Não, melhor para ele é levar o barco assim mesmo até onde ninguém sabe", comentou esse amigo do Presidente.